



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional – 3ª/SR

ANEXO IV – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR), equivalente ao Acordo de Nível de Serviço previsto na IN nº 05/2017/MPDG, é composto por indicadores de desempenho objetivos, apurados em ciclos regulares de avaliação.
2. As medições serão realizadas por servidor ou equipe de fiscalização, designados formalmente para esse fim, que serão responsáveis por realizar as avaliações periódicas para aferição do resultado, conforme critérios deste instrumento.
3. A avaliação será **mensal** e fundamentada nos indicadores de desempenho, observados os critérios definidos a seguir:

1. INDICADOR DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS		
Item	Descrição	
Finalidade	Garantir o cumprimento das atividades previstas no contrato e determinadas pela Fiscalização, obedecendo seus prazos e periodicidades previstos.	
Meta	Executar com elevada integralidade as atividades dos serviços contratados.	
Instrumento de Medição	Relatório Circunstanciado da Fiscalização.	
Forma de Acompanhamento	Controle da Fiscalização.	
Periodicidade	Diária.	
Mecanismo de Cálculo	De 0 a 3 ocorrências	0 ponto
	De 4 a 10 ocorrências	5 pontos
	Acima de 10 ocorrências	10 pontos
Início da Vigência	1 (um) mês após o início da execução contratual.	
Observações	Será considerada como ocorrência serviços não prestados ou prestados com baixa qualidade, e serviços não prestados no prazo ou periodicidade constantes do contrato, de cronograma ou de determinação da equipe de fiscalização.	

2. INDICADOR DE CONTINUIDADE DO SERVIÇO		
Item	Descrição	
Finalidade	Garantir a continuidade dos serviços contratados, por meio de da alocação de mão de obra para os postos definidos.	
Meta	Impedir a falta de preenchimento dos postos de trabalho.	
Instrumento de Medição	Relatório Circunstanciado da Fiscalização.	
Forma de Acompanhamento	Controle da Fiscalização.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	De 0 a 2 ocorrências	0 ponto



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional – 3ª/SR

	De 3 a 5 ocorrências	5 pontos
	Acima de 5 ocorrências	10 pontos
Início da Vigência	No início da execução contratual.	
Observações	Será considerada como ocorrência a falta de cobertura de um posto de serviço contratado, cuja cobertura não for enviada no prazo determinado no Termo de Referência.	

3. INDICADOR DE FORNECIMENTO TEMPESTIVO		
Item	Descrição	
Finalidade	Assegurar o devido abastecimento dos serviços, evitando descontinuidades e indisponibilidades de insumos.	
Meta	Impedir a falta de preenchimento dos postos de trabalho.	
Instrumento de Medição	Relatório Circunstanciado da Fiscalização.	
Forma de Acompanhamento	Controle da Fiscalização.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	De 0 a 1 ocorrência	0 ponto
	De 2 a 4 ocorrências	5 pontos
	Acima de 4 ocorrências	10 pontos
Início da Vigência	No início da execução contratual.	
Observações	Será considerada como ocorrência qualquer atraso no fornecimento de materiais, de insumos, de uniformes, de EPIs e de equipamentos, conforme os prazos estabelecidos no Termo de Referência e pela Fiscalização.	

4. INDICADOR DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS E BENEFÍCIOS		
Item	Descrição	
Finalidade	Resguardar os direitos trabalhistas, por meio de correto do pagamento dos empregados terceirizados.	
Meta	Impedir o atraso no pagamento de salários e benefícios.	
Instrumento de Medição	Relatório Circunstanciado da Fiscalização.	
Forma de Acompanhamento	Controle da Fiscalização.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	1 ocorrência	5 pontos
	De 2 a 4 ocorrências	10 pontos
	Acima de 4 ocorrências	15 pontos
Início da Vigência	No início da execução contratual.	
Observações	Será considerada como ocorrência qualquer atraso de 1 (um) dia, no pagamento de	



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional – 3ª/SR

	remunerações e de benefícios, bem como na cobertura de planos ambulatoriais, seguros de vida e outros direitos dos empregados terceirizados.
--	--

5. INDICADOR DE CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES		
Item	Descrição	
Finalidade	Zelar pela conservação do patrimônio e das instalações durante a vigência contratual, principalmente sobre os bens colocados sob responsabilidade da Contratada.	
Meta	Impedir danos e degradação do patrimônio público.	
Instrumento de Medição	Relatório Circunstanciado da Fiscalização.	
Forma de Acompanhamento	Controle da Fiscalização.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	1 ocorrência	5 pontos
	De 2 a 4 ocorrências	10 pontos
	Acima de 4 ocorrências	15 pontos
Início da Vigência	No início da execução contratual.	
Observações	Será considerada como ocorrência qualquer dano causado ao patrimônio ou às instalações da Codevasf.	

6. INDICADOR DE QUALIDADE DA COMUNICAÇÃO		
Item	Descrição	
Finalidade	Manter em nível satisfatório a comunicação precisa e oportuna dos fatos e eventos relativos ao contrato.	
Meta	Evitar atrasos e erros ocasionados por falta de comunicação adequada entre empresa e Fiscalização.	
Instrumento de Medição	Ofícios e Mensagens	
Forma de Acompanhamento	Controle da Fiscalização.	
Periodicidade	Diária.	
Mecanismo de Cálculo	De 0 a 2 ocorrências	5 pontos
	De 3 a 8 ocorrências	10 pontos
	Acima de 8 ocorrências	15 pontos
Início da Vigência	1 (um) mês após o início da execução contratual.	
Observações	Será considerada como ocorrência a ausência ou o atraso de comunicação, à Fiscalização, de fatos relevantes ao contrato, tais como férias, substituições, alterações, fornecimentos, entregas, ou outro similar.	

4. Para fins de atesto e recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato emitirá o Relatório Mensal de Avaliação dos Serviços Prestados, consolidando as ocorrências verificadas na execução. Com base nesse relatório, calculará o Fator de Qualidade dos Serviços Prestados.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional – 3ª/SR

5. O resultado do Instrumento de Medição de Resultado corresponderá à **média aritmética simples** das pontuações obtidas nos indicadores avaliados, conforme a tabela a seguir:

FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO		
Faixa	Pontuação	Fator de Qualidade do Serviço (FQ)
1	0,00 a 2,50	100%
2	2,51 a 5,00	98%
3	5,01 a 7,50	96%
4	7,51 a 10,00	94%
5	10,01 a 12,50	92%

6. O valor a ser recebido pela CONTRATADA, em relação aos serviços prestados, é diretamente proporcional ao Fator de Qualidade do Serviço. Assim, o valor da fatura será o resultado da multiplicação do **valor da medição** e do **fator de qualidade**, conforme apresentado abaixo:

$$VF = VM \cdot FQ,$$

onde VF se refere ao valor da fatura, VM ao valor da medição mensal dos postos de trabalho e FQ ao Fator de Qualidade do Serviço, obtido por meio deste Instrumento de Medição de Resultado.

7. Ao término de cada período, a CONTRATANTE apresentará relatório de avaliação claro e preciso da qualidade, devidamente fundamentado, com o resultado apurado para a empresa.

7.1. A partir da ciência do relatório, a CONTRATADA terá o prazo de 3 (três) dias para, se entender pertinente, contestar, formalmente por escrito, as falhas apontadas e apresentar justificativas.

7.2. As manifestações serão analisadas e respondidas pela CONTRATANTE, em até 3 (três) dias, com a decisão motivada.

8. A utilização do IMR não se confunde com a aplicação das penalidades discriminadas na Cláusula de Sanções Administrativas do contrato, podendo ambas serem aplicadas concorrentemente, observadas as peculiaridades de cada caso.

8.1. O IMR será aplicado quando do atesto pelo Gestor do Contrato, sendo condição e regra para o cumprimento do objeto e pagamento dos serviços, enquanto que a sanção administrativa deverá ser aplicada observando-se o contraditório e a ampla defesa da contratada, em processo instaurado independentemente do processo administrativo principal da contratação.

9. O IMR seguirá as condições definidas neste Termo de Referência e fará parte do Termo de Contrato como obrigação entre as partes.

10. O IMR poderá ser ajustado, ao longo da vigência contratual, para fins de “ajuste fino”, desde que a alteração:

10.1. não acarrete acréscimos ou supressões que ultrapassem os limites de 25% (vinte e cinco por cento) previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

10.2. não resulte em descaracterização do objeto contratado;

11. Em hipótese alguma a Contratada deverá ser responsável pela elaboração do IMR, devendo o Gestor do Contrato responder por sua elaboração e aplicação para apuração do valor efetivo a ser pago pelo serviço.